

organização

U M B E R T O E C O

IDADE MÉDIA



*BÁRBAROS
CRISTÃOS
E
MUÇULMANOS*



Ficha Técnica

Título: *Idade Média - Bárbaros, cristãos e muçulmanos*
Título original: *Il Medioevo - Barbari, cristiani, musulmani*

Autor: Umberto Eco

Capa: Rui Garrido

Revisão: Rita Bento

ISBN: 9789722049924

Publicações Dom Quixote

uma editora do grupo Leya

Rua Cidade de Córdoba, n.º 2

2610-038 Alfragide - Portugal

Tel. (+351) 21 427 22 00

Fax. (+351) 21 427 22 01

© 2010, Encyclomedia Publishers s.r.l., Milão e Publicações Dom Quixote

Material iconográfico: © Encyclomedia Publishers s.r.l., Milão

Todos os direitos reservados de acordo com a legislação em vigor

www.dquixote.leya.com

www.leya.pt

INTRODUÇÃO À IDADE MÉDIA

de Umberto Eco

Para não ter a mesma extensão dos volumes a que se refere, uma introdução à Idade Média deveria limitar-se a dizer que a Idade Média é o período que começa quando o Império Romano se dissolve e que, fundindo a cultura latina, tendo o cristianismo como aglutinante, com a dos povos que pouco a pouco foram invadindo o império, dá origem ao que hoje chamamos Europa, com as suas nações, as línguas que ainda hoje falamos e as instituições que, apesar de mudanças e revoluções, são ainda as nossas.

Seria muito, mas muito pouco. Pesam sobre a Idade Média muitos estereótipos, e por isso será conveniente precisar, antes de mais, que a Idade Média não é o que o leitor comum pensa, o que muitos manuais escolares compostos à pressa fazem crer e que o cinema e a televisão têm apresentado. A primeira coisa que, portanto, deve dizer-se é o que a Idade Média não é. Em seguida, deve investigar-se o que é que a Idade Média nos deixou e ainda hoje é atual. Por fim, em que sentido ela foi radicalmente diferente do tempo em que vivemos.

O que a Idade Média não é

A Idade Média não é um século. Não é um século, como o século XVI ou o século XVII, nem um período bem definido e com características reconhecíveis como o Renascimento, o Barroco ou o Romantismo. É uma

sucessão de séculos assim chamada pelo humanista Flavio Biondo, que viveu no século xv. Como todos os humanistas, Biondo preconizava um regresso à cultura da Antiguidade Clássica e, por assim dizer, colocava entre parêntesis os séculos (em que ele via uma época de decadência) que decorreram entre a queda do Império Romano (476) e o seu tempo - embora o destino haja decidido que, afinal, Flavio Biondo pertencesse também à Idade Média, por ter morrido em 1463 e se ter convencionalmente fixado o fim da Idade Média no ano de 1492, o ano do descobrimento da América e da expulsão dos mouros de Espanha.

1492 menos 476 é igual a 1016. Mil e dezasseis são muitos anos, e é difícil crer que o modo de viver e de pensar se tenha mantido imutável ao longo de um período tão extenso e em que ocorreram muitos factos históricos hoje estudados nas escolas (das invasões bárbaras ao renascimento carolíngio e ao feudalismo, da expansão dos árabes ao nascimento das monarquias europeias, das lutas entre a Igreja e o império às Cruzadas, de Marco Polo a Cristóvão Colombo, de Dante à conquista de Constantinopla pelos turcos).

Há uma experiência interessante que consiste em indagar de uma pessoa culta (desde que não seja especialista em assuntos medievais) quantos anos decorreram entre Santo Agostinho, considerado o primeiro pensador medieval, se bem que tenha morrido antes da queda do Império Romano, e São Tomás de Aquino, pois são estudados ainda hoje como representantes máximos do pensamento cristão. Pois bem, não são muitas as pessoas que dão a resposta certa, oito séculos, mais ou menos tantos como os que nos separam de São Tomás.

Embora naqueles tempos tudo corresse mais lentamente do que hoje, em oito séculos podem acontecer muitas coisas. Por isso a Idade Média é, perdoe-se-me a tautologia, uma idade como a Idade Antiga ou a Idade Moderna. A Idade Antiga, ou Idade Clássica, é uma sucessão de séculos

que vão dos primeiros aedos pré-homéricos aos poetas do baixo-império latino, dos pré-socráticos aos estoicos, de Platão a Plotino, da queda de Troia à queda de Roma. Do mesmo modo, a Idade Moderna vai do Renascimento à Revolução Francesa, e a ela pertencem tanto Rafael como Tiepolo, tanto Leonardo como a *Encyclopédie*, tanto Pico della Mirandola como Vico, tanto Palestrina como Mozart.

Devemos, pois, tratar a história da Idade Média na convicção de ter havido muitas «idades médias» e, se a alternativa passa pela adoção de uma data também ela excessivamente rígida, que, pelo menos, tenha em consideração algumas viragens da história. É assim que costuma distinguir-se a alta Idade Média, que vai da queda do Império Romano ao ano 1000 (ou, pelo menos, a Carlos Magno), uma Idade Média de transição, a do chamado renascimento depois do ano 1000, e finalmente uma baixa Idade Média que, apesar das conotações negativas que a palavra «baixa» poderá sugerir, é a época gloriosa em que Dante conclui a *Divina Comédia*, Petrarca e Boccaccio escrevem e floresce o humanismo florentino.

A Idade Média não é um período exclusivo da civilização europeia. Ao mesmo tempo que a Idade Média ocidental, ocorre a do império do Oriente, que continua viva nos esplendores de Bizâncio durante mil anos depois da queda de Roma. Nestes mesmos séculos floresce uma grande civilização árabe enquanto na Europa circula mais ou menos clandestinamente, mas vivíssima, uma cultura hebraica. As fronteiras que dividem estas diversas tradições culturais não são tão nítidas como hoje se pensa (quando predomina a imagem do conflito entre muçulmanos e cristãos no decurso das Cruzadas). A filosofia europeia conhece Aristóteles e outros autores gregos através de traduções árabes, e a medicina ocidental vale-se da experiência dos árabes. As relações entre

eruditos cristãos e árabes, ainda que não proclamadas em voz alta, são frequentes.

Mas o que caracteriza a Idade Média ocidental é a tendência para resolver todos os contributos culturais de outras épocas ou de outras civilizações segundo a perspectiva cristã. Quando hoje se discute se a constituição europeia deve mencionar as raízes cristãs da Europa, objeta-se com justeza que a Europa também tem raízes greco-romanas e raízes judaicas (basta pensar na importância da Bíblia), para não falar das antigas civilizações pré-cristãs e, portanto, das mitologias céltica, germânica ou escandinava. Mas é certo que no tocante à Europa medieval deve falar-se de raízes cristãs. Na Idade Média, a partir da época dos padres da Igreja, tudo é relido e traduzido à luz da nova religião. A Bíblia só será conhecida na tradução latina, a *Vulgata* de São Jerónimo, e em traduções latinas serão conhecidos os autores da filosofia grega, usados para demonstrar a sua convergência com os princípios da teologia cristã (e só a isso aspira a monumental síntese filosófica de Tomás de Aquino).

Os séculos medievais não são a Idade das Trevas, as Dark Ages dos autores anglófonos. Se com esta expressão se pretende aludir a séculos de decadência física e cultural agitados por terrores sem fim, fanatismo, intolerância, pestilências, fomes e carnificinas, este modelo poderá ser aplicado, em parte, aos séculos que decorrem da queda do Império Romano até ao novo milénio ou, pelo menos, ao renascimento carolíngio.

Mas os tempos anteriores ao ano 1000 foram um tanto ou quanto escuros porque as invasões bárbaras, que durante alguns séculos fustigaram a Europa, destruíram aos poucos a civilização romana: as cidades estavam despovoadas ou em ruínas, as grandes estradas já não recebiam cuidados e desapareciam nos matagais, estavam esquecidas técnicas fundamentais como a extração dos metais e da pedra, as

terras de cultivo estavam ao abandono e, antes do fim do milénio ou pelo menos antes da reforma feudal de Carlos Magno, zonas agrícolas inteiras eram de novo florestas.

Se, porém, formos em busca das raízes da cultura europeia veremos que nestes séculos escuros surgiram as línguas que hoje falamos e se instalou, por um lado, uma civilização dita romano-bárbara ou romano-germânica e, por outro, a civilização bizantina e que ambas modificaram profundamente as estruturas do direito. Nestes séculos agigantam-se figuras de grande vigor intelectual como Boécio (nascido exatamente quando o Império Romano se desmoronava e justamente chamado «o último romano»), Beda e os mestres da Escola Palatina de Carlos Magno, como Alcuíno ou Rábano Mauro, até João Escoto Eriúgena. Os irlandeses, convertidos ao cristianismo, fundam mosteiros onde são estudados os textos antigos, e são os monges da Hibérnia que reevangelizam regiões inteiras da Europa continental e inventam ao mesmo tempo uma originalíssima forma de arte da alta Idade Média, representada pelas miniaturas do *Livro de Kells* e outros manuscritos análogos.

Apesar destas manifestações culturais, a Idade Média anterior ao ano 1000 era de certeza um período de indigência, fome e insegurança em que circulavam histórias de um santo subitamente aparecido que recuperava uma foice que o aldeão deixara cair ao poço: histórias que nos permitem compreender que o ferro se tornara naquela época tão raro que a perda da foice podia significar a impossibilidade definitiva de amansar a terra.

Ao falar nos seus *Historiarum Libri* de acontecimentos ocorridos apenas 30 anos depois do fim do milénio, Rodolfo, o *Glabro*, descreve-nos uma escassez provocada por um tempo tão inclemente que, principalmente por causa das inundações, não se conseguia encontrar momento propício nem para a sementeira nem para a colheita. A fome tornava esqueléticos os pobres e os ricos,

e - quando já não havia mais animais para comer - comia-se toda a espécie de bicho morto e «outras coisas que só de falar causam calafrios», tendo havido quem se visse obrigado a ingerir carne humana. Os viajantes eram agredidos, abatidos, cortados em pedaços e cozidos, e aqueles que se deitavam ao caminho na esperança de fugir à fome eram degolados de noite e comidos por quem os hospedava. Havia quem atraísse crianças, mostrando-lhes um fruto ou um ovo, para as esganar e comer. Em muitos sítios foram exumados e comidos cadáveres: certo homem que levava carne humana já cozida para o mercado de Tournus foi descoberto e colocado na fogueira, mas depois foi também queimado outro que fora de noite tirar a carne de onde a haviam enterrado.

A população, cada vez menos numerosa e mais débil, era ceifada por doenças endémicas (tuberculose, lepra, úlceras, eczemas, tumores) e por tremendas epidemias como a peste. É sempre difícil fazer cálculos demográficos pelos milénios passados, mas, segundo certos autores, a Europa, que no século III poderia ter entre 30 e 40 milhões de habitantes, estava reduzida no século VII a 14 ou 16 milhões.

Pouca gente a cultivar pouca terra e pouca terra a alimentar pouca gente. Mas os números modificam-se com a aproximação da viragem do milénio e de novo se fala de 30 ou 40 milhões de habitantes no século XI; e no século XIV já a população da Europa oscilará entre os 60 e os 70 milhões. Ainda que os números não sejam exatos, podemos dizer que a população duplicou, pelo menos, em quatro séculos.

Ficou célebre o trecho de Rodolfo, *o Glabro*, em que este, depois de descrever a fome de 1033, nos conta como na aurora do novo milénio a terra refloresce de súbito, como um prado na primavera: «Estava-se já no terceiro ano depois do 1000 quando no mundo inteiro, mas sobretudo em Itália e nas gálias, se dá uma renovação das igrejas

basilicais. Todos os povos da cristandade competiam entre si para ter a mais bela. Parecia que, sacudindo-se e libertando-se da velhice, a própria terra se cobria toda com um cândido manto de igrejas» (*Historiarum* III, 13).

Com a reforma de Carlos Magno, tanto as abadias como os grandes feudos fomentaram novas culturas, chegando a dizer-se que o século X estava «cheio de feijões». Esta expressão não deve ser tomada à letra, porque os feijões que hoje conhecemos só chegaram com o descobrimento da América, e a Antiguidade conheceu, quando muito, o feijão-frade. A expressão é, porém, exata se a palavra «feijões» significar legumes em geral, porque, por efeito de profundas modificações na rotação das culturas, houve no século X um cultivo mais intenso de favas, grão-de-bico, ervilhas e lentilhas, tudo legumes ricos em proteínas vegetais. Na mais remota Idade Média, os pobres não comiam carne, a não ser que conseguissem criar alguns frangos ou caçar às escondidas (porque os animais da floresta eram só para os senhores). E, como comiam mal, descuroavam as terras. Mas no século X começa a difundir-se o cultivo intensivo dos legumes, para satisfazer as necessidades energéticas de quem trabalha: com o aumento da ingestão de proteínas, as pessoas tornam-se mais fortes, não morrem tão cedo, criam mais filhos e a Europa repovoava-se.

No início do segundo milénio, por efeito de algumas invenções e do aperfeiçoamento de outras, as relações de trabalho e as técnicas de comunicação sofrem profundas modificações. Na Antiguidade, o cavalo era ajazado com uma espécie de coleira que exercia pressão no peito do animal, comprimindo os músculos que se contraíam e não podiam, portanto, produzir uma tração eficaz (além disso, reduzia-lhe a resistência, oprimindo-lhe os pulmões). Isto dura até ao século X. Entre a segunda metade deste século e o século XII, vulgariza-se um novo tipo de arreio que desloca o ponto de aplicação do peito para a espádua. O

esforço de tração é transmitido da espádua para todo o esqueleto do animal, dando liberdade de ação aos músculos. Deste modo, a força exercida pelo cavalo aumenta, pelo menos, de dois terços e o animal fica habilitado a efetuar trabalhos em que até então só fora possível usar os bois, mais robustos mas mais lentos. Além disso, enquanto até aí os cavalos eram atrelados lado a lado, passa-se a pô-los em fila indiana, aumentando significativamente a eficácia da tração. É só em algumas miniaturas de cerca do ano 1000 que se nota este novo sistema de ajazamento.

Além disso, o cavalo já é equipado com ferraduras (oriundas da Ásia, por volta de 900). Antes, os cascos eram guarnecidos, em casos excepcionais, com faixas de couro. Torna-se também comum o uso dos estribos, igualmente oriundos da Ásia, que melhoram a estabilidade do cavaleiro e evitam que ele aperte os joelhos contra os flancos do animal. A maior manobrabilidade do cavalo amplia as fronteiras do mundo. A passagem, no século xx, do avião a hélice para o avião a jato (que reduz a metade a duração das viagens) não se compara com o salto técnico que o novo sistema de aparelhamento e ferragem do cavalo representa.

O arado antigo não tinha rodas e tornava-se difícil dar-lhe a inclinação adequada; mas no século XIII é introduzido na Europa um arado já usado pelos povos nórdicos desde o século II da era antiga, com rodas e com duas lâminas, uma para rasgar a terra e a outra, curva - a relha -, para revolvê-la.

Na navegação também há uma revolução de importância semelhante. No Canto XII do *Paraíso*, Dante escreve: *del cor de l'una de le luci nove/si mosse voce, che l'ago a la stella/parer mi fece in volgermi al suo dove...*¹, e Francesco da Buti e Giovanni da Serravalle, dois comentadores da *Divina Comédia* do século XIV, explicam (aos leitores que,

evidentemente, ainda o não sabem): *Hanno li naviganti uno bussolo che nel mezzo è imperniato una rotella di carta leggera, la quale gira su detto perno; e la detta rotella ha molte punte, et ad una di quelle che vi è dipinta una stella, è fitta una punta d'ago; la quale punta li naviganti quando vogliono vedere dove sia la tramontana, imbriacano colla calamita*². Mas já em 1269 Pedro Peregrino de Maricourt mencionava uma bússola com agulha giratória (ainda sem a rosa dos ventos).

Nestes séculos, são aperfeiçoados alguns instrumentos de origem antiga, como a balestilha e o astrolábio. Mas a verdadeira revolução medieval na navegação é operada pela invenção do leme axial posterior. Nas naus gregas e romanas, nas dos *vikings* e até nas de Guilherme, o *Conquistador*, que em 1066 aproaram às praias inglesas, os lemes, longas pás governáveis por meio de alavancas, eram dois, um de cada lado, e manejados de modo a dar à embarcação a direção desejada. Este sistema, além de muito trabalhoso, tornava praticamente impossível a navegação contra o vento, era preciso «bordejar», ou seja, manobrar alternadamente os lemes para que a embarcação oferecesse primeiro um flanco e depois o outro à ação do vento. Assim, os mareantes ficavam limitados à pequena cabotagem, isto é, a acompanhar a costa para poder arribar quando o vento não fosse favorável.

É verdade que, com os seus lemes laterais, os *vikings* já teriam provavelmente alcançado o continente americano; mas não sabemos quanto tempo nem quantos naufrágios custaram estas empresas e é provável que tenham feito a travessia da Islândia para a Gronelândia e desta para a costa do Labrador, não tendo, portanto, atravessado o oceano como fará Cristóvão Colombo depois de, entre os séculos XII e XIII, ter aparecido o leme moderno, montado na popa, mergulhado na água e capaz de orientar a embarcação sem sofrer o impulso das ondas.

A este invento junta-se uma série de outras importantes modificações, como a âncora de braços abertos, na forma ainda hoje usada. Além disso, os normandos ainda construía**m** barcos com tábuas intrincadas, isto é, com tábuas sobrepostas umas às outras, formando uma escadinha; mas juntando as tábuas de modo a evitar obter uma curvatura contínua, é possível construir navios maiores; com o novo sistema, arma-se primeiro o esqueleto para depois o revestir, enquanto o sistema nórdico obrigava a construir primeiro o casco para depois o reforçar com o cavername, método que não permitia construir navios de grandes dimensões.

Outras modificações aperfeiçoam o velame. De facto, é já desde o século VII que os árabes sugerem aos povos mediterrânicos o uso da vela triangular, ou latina, extremamente adaptável como vela de gurupés. Com o novo leme, a nova vela de gurupés torna possível efetuar todo outro tipo de evolução, pois permite aproveitar qualquer orientação do vento. Todas estas inovações permitiram construir embarcações quatro vezes maiores do que as naus mercantis dos romanos, e este aumento de dimensões conduziu à introdução de um novo mastro, o mastro de mezena. Mais tarde, seriam gradualmente introduzidas velas redondas, acima da vela principal, e depois também da de mezena; entretanto, com o aumento das dimensões da vela de gurupés, o mastro de mezena e o mastro real deslocam-se pouco a pouco para a popa, chegando a haver um terceiro mastro.

Sem a invenção do leme axial e os aperfeiçoamentos do velame, Cristóvão Colombo não poderia ter chegado à América. Portanto, o acontecimento que, por convenção, dá início à era moderna e encerra a Idade Média nasce na própria Idade Média.

Por causa deste conjunto de inovações técnicas depois do ano 1000, os historiadores têm falado de uma «primeira revolução industrial». O que ocorre é uma revolução das

artes e ofícios, mas capaz de pôr termo ao mito das idades das trevas. Com efeito, depois do ano 1000 florescem cada vez mais centros urbanos dominados por grandes catedrais; a tradicional divisão da sociedade em clero, guerreiros e camponeses, que caracterizava a alta Idade Média, dissolve-se com o nascimento de uma burguesia cidadina dedicada aos ofícios e ao comércio e, do mesmo modo que a poesia estava relacionada desde o século XII com trovadores laicos, um intelectual como Dante é já plenamente o modelo do escritor moderno. Nas novas línguas vernáculas nascem algumas das maiores obras-primas da literatura de todos os tempos, da poesia trovadoresca aos romances do ciclo bretão, da *Canção dos Nibelungos* ao *Cantar de Mio Cid* e à *Divina Comédia*. Nasce a Universidade e, quer na Faculdade das Artes quer na Faculdade de Teologia, ensinam e escrevem grandes mestres como Abelardo, Alberto Magno, Roger Bacon e Tomás de Aquino. A atividade de cópia e miniatura dos manuscritos muda-se dos mosteiros para as ruas próximas das universidades recém-nascidas; os artistas já não trabalham apenas para igrejas e conventos, mas também para os palácios comunais, onde representam cenas da vida urbana. Formam-se os Estados nacionais europeus e reafirma-se, ao mesmo tempo, a ideia do império.

Para terminar, convém recordar um facto que tende a ser esquecido: também faz parte da Idade Média aquele século de renascimento que foi o décimo quinto. É certo que podia convencionar-se pôr termo à Idade Média muito antes do descobrimento da América, talvez na invenção da imprensa, ou até antes, colocando o século XV - e, como acontece noutros países, o próprio século XIV de Giotto, Petrarca e Boccaccio - no Renascimento (que, por outro lado, a historiografia mais recente tende a considerar já consumado na morte de Rafael, ou seja, em 1520). Mas ao falar-se de renascimento depois do ano 1000, também podia fazer-se terminar a Idade Média na morte de Carlos

Magno. Bastava chegar a acordo quanto aos nomes. Se, porém, a Idade Média é a era que as subdivisões escolares querem, então fazem parte da Idade Média filósofos como Nicolau de Cusa, Marsílio Ficino e Pico della Mirandola e, se quisermos ser rigorosos, Ariosto, Erasmo de Roterdão, Leonardo e Lutero nascem na Idade Média.

A Idade Média não tinha só uma visão sombria da vida. É verdade que a Idade Média está cheia de tímpanos de igrejas românicas repletos de diabos e suplícios infernais e que vê circular a imagem do Triunfo da Morte; que é uma época de procissões penitenciais e, por vezes, de uma nevrótica expectativa do fim, que os campos e os burgos são percorridos por bandos de mendigos e de leprosos e que a literatura tem, por vezes, a alucinação das viagens infernais. Mas, ao mesmo tempo, a Idade Média é a época em que os goliardos celebram a alegria de viver e é, acima de tudo, a época da luz.

Exatamente para desmentir a lenda dos tempos escuros, é conveniente que se pense no gosto medieval da luz. Além de identificar a beleza com a proporção, a Idade Média identificava-a com a luz e a cor, e esta cor era sempre elementar: uma sinfonia de vermelho, azul, ouro, prata, branco e verde, sem esbatidos nem claros-escuros, em que o esplendor é gerado pelo acordo geral em vez de se fazer determinar por uma luz que envolve as coisas por fora ou de fazer escorrer a cor para fora dos limites da figura. Nas miniaturas medievais, a luz parece irradiar dos objetos.

Segundo Isidoro de Sevilha, os mármoreos são belos por causa da sua brancura e os metais pela luz que refletem, e o próprio ar é belo e é *æ*r, *æ*ris porque provém do esplendor do *aurum*, do ouro (e, como o ouro, resplandece mal é tocado pela luz). As pedras preciosas são belas por causa da sua cor, porque a cor não é mais do que a luz do Sol aprisionada e matéria purificada. Os olhos são belos quando luminosos e os mais belos são os olhos azuis. Uma

das principais qualidades de um corpo belo é a pele rosada. Nos poetas, este sentido da cor cintilante está sempre presente: a erva é verde, o sangue é vermelho, o leite é branco, uma mulher bonita tem, segundo Guinizelli, um «rosto de neve tingido de escarlata» (para mais tarde falar das «claras, frescas e doces águas»), as visões místicas de Hildegarda de Bingen mostram-nos chamas rutilantes e a própria beleza do primeiro anjo caído é feita de pedras refulgentes como um céu estrelado, para que esta inumerável turba de centelhas, resplandecendo no fulgor de todos os seus ornamentos, encha de luz todo o mundo. Para fazer penetrar o divino nas suas naves, que de outro modo seriam escuras, a igreja gótica é rasgada por lâminas de luz que entram pelos vitrais, e é para acomodar estes corredores de luz que o espaço para as janelas e rosáceas se alarga, as paredes parecem anular-se num jogo de contrafortes e arcobotantes, e toda a igreja é construída para facilitar a irrupção da luz pelas aberturas praticadas na estrutura.

Os cronistas das Cruzadas pintam naus com auriflamas que esvoaçam ao vento e brasões multicoloridos a cintilar ao sol, o jogo dos raios solares nos elmos, nas couraças, nas pontas das lanças e as flâmulas e estandartes dos cavaleiros em marcha ou, no caso dos brasões, as combinações de amarelo com azul, alaranjado com branco ou rosado, rosado com branco ou preto com branco; e as miniaturas mostram-nos cortejos de damas e cavaleiros vestidos com as mais esplendorosas cores.

Na origem desta paixão pela luz estavam ascendências teológicas de remota fonte platónica e neoplatónica (o Bem como sol das ideias, a simples beleza de uma cor dada por uma forma que domina a escuridão da matéria, a visão da divindade como lume, fogo, fonte luminosa). Os teólogos fazem da luz um princípio metafísico e nestes séculos desenvolve-se, sob influência árabe, a ótica, com as reflexões sobre as maravilhas do arco-íris e os milagres dos

espelhos. Por vezes, estes espelhos aparecem, liquidamente misteriosos, no terceiro canto da *Divina Comédia*, que outra coisa não é senão um poema da luz que de modos vários cintila em todos os céus do paraíso para terminar nas fulgurações da Rosa Mística e na insuportável visão da Luz Divina.

A gente da Idade Média vivia em ambientes escuros, florestas, câmaras de castelos, compartimentos estreitos mal iluminados pelas lareiras, mas uma civilização deve ser julgada não só pelo que é mas também pela maneira como se representa; de outro modo, teríamos de ver no Renascimento apenas os horrores do saque de Roma, as guerras, os homicídios e as destruições perpetrados pelos senhores, ignorando aquilo que hoje dele sabemos ao vê-lo como o século das *Fornarine* rafaelescas e das igrejas florentinas.

Em suma, os chamados tempos das trevas são iluminados pelas fulgurantes imagens de luz e cor dos apocalipses moçárabes, das miniaturas otonianas, dos sumptuosos livros dourados ou dos frescos de Lorenzetti, Duccio ou Giotto.

E basta ler o *Cântico das Criaturas*, de São Francisco de Assis, para descobrir uma Idade Média plena de alegria hílare e sincera perante um mundo iluminado pelo irmão Sol.

A Idade Média não é uma época de castelos torreados como os da Disneylândia. Uma vez reconhecidas as luzes dos tempos escuros, será conveniente restabelecer as suas sombras nos casos em que a vulgata dos meios de comunicação nos tem apresentado uma Idade Média oleográfica, povoada de castelos imaginados pelo romantismo (e por vezes reconstruídos, em vez de restaurados), e como os vemos, enfim (e idealizados) em miniaturas muito tardias (do século xv) como em *Très Riches Heures du Duc de Berry*.

Este fabuloso e espampanante modelo de castelo medieval corresponde mais aos famosos palácios-castelos do Loire, que são da época renascentista. Quem hoje procura na internet artigos sobre o «castelo feudal» encontra esplêndidas construções com ameias atribuídas (quando o artigo é honesto) aos séculos XII ou XIV, quando não são reconstruções modernas.

Com efeito, o castelo feudal consiste numa estrutura de madeira erguida numa elevação do terreno (ou num aterro propositadamente preparado, a mota) e rodeada por uma trincheira defensiva. A partir do século XI, para maior proteção em caso de cerco, são construídas muralhas em volta da elevação e, com frequência, simples paliçadas a delimitar o corte onde, perante o ataque inimigo, podiam refugiar-se os camponeses do território com os seus animais. Os normandos construirão no interior da muralha um torreão ou torre de menagem que, além da sua função defensiva, servia de residência para o senhor e para a guarnição. Gradualmente, as trincheiras defensivas transformam-se pouco a pouco em fossos cheios de água que podem ser atravessados por uma ponte levadiça. Mas é uma evolução lenta. Resumindo, na Idade Média não existiram castelos fabulosos.

A Idade Média não ignora a cultura clássica. Embora tendo perdido os textos de muitos autores antigos (os de Homero e dos trágicos gregos, por exemplo), conhecia Virgílio, Horácio, Tibulo, Cícero, Plínio, *o Jovem*, Lucano, Ovídio, Estácio, Terêncio, Séneca, Claudiano, Marcial e Salústio. O facto de existir memória destes autores não significa, naturalmente, que fossem do conhecimento de todos. Um destes autores podia, por vezes, ser conhecido num mosteiro com uma biblioteca bem fornecida e desconhecido noutros locais. Havia, no entanto, sede de conhecimento e, numa época em que as comunicações pareciam tão difíceis (mas, como vamos ver, viajava-se

muito), os doutos procuravam por todos os modos obter manuscritos preciosos. É célebre a história de Gerberto d'Aurillac, que depois será Silvestre II, o Papa do ano 1000, que promete a um seu correspondente uma esfera armilar se ele lhe arranjasse o manuscrito da *Farsália* de Lucano. O manuscrito chega, mas Gerberto acha-o incompleto e, não sabendo que Lucano deixara a obra por terminar, porque fora «convidado» por Nero a abrir as veias, envia ao correspondente apenas metade de uma esfera armilar. A história, talvez lendária, poderia ser simplesmente engraçada, mas revela que também naquela época estava muito desenvolvido o amor à cultura clássica.

O modo como eram lidos os autores clássicos está, contudo, vergado aos desígnios de uma leitura cristianizadora, como é exemplo o caso de Virgílio, lido como um mago capaz de fazer vaticínios e que na *Écloga IV* teria previsto o advento de Cristo.

A Idade Média não repudiou a ciência da Antiguidade. Uma interpretação com raízes nas polémicas positivistas do século XIX defende que a Idade Média rejeitou todos os achados científicos da Antiguidade Clássica para não contradizer a letra das Sagradas Escrituras. É verdade que alguns autores patrísticos tentaram fazer uma leitura absolutamente literal da Escritura no ponto em que diz que o mundo está feito como um tabernáculo. Por exemplo, no século IV, Lactâncio (nas *Institutiones Divinæ*) opõe-se com base nisso às teorias pagãs da rotundidade da Terra, até porque não podia admitir a ideia da existência das regiões antípodas, onde as pessoas teriam de andar de cabeça para baixo. Ideias análogas tinham sido defendidas por Cosmas Indicopleustes, um geógrafo bizantino do século VI que, pensando também no tabernáculo bíblico, na sua *Topografia Cristiana*, descrevera minuciosamente um

cosmo de forma cúbica, com um arco a cobrir o pavimento plano da Terra.

Mas que a Terra era esférica, com exceção de alguns pré-socráticos, já os gregos sabiam, desde o tempo de Pitágoras, que a considerava esférica por motivos místico-matemáticos. Sabia-o naturalmente Ptolomeu, que dividira o globo em 360 graus de meridiano, e tinham-no também compreendido Parménides, Eudoxo, Platão, Aristóteles, Euclides, Arquimedes e, naturalmente, Eratóstenes, que no século III da era antiga calculara com boa aproximação o comprimento do meridiano terrestre.

Tem, apesar disto, sido sustentado (e até por importantes historiadores da ciência) que a Idade Média esquecera esta antiga noção; e esta ideia vingou também nos meios comuns, de tal modo que, mesmo uma pessoa culta, interrogada, dirá que Cristóvão Colombo, ao querer chegar ao Oriente navegando para o Ocidente, queria provar aos doutores de Salamanca que a Terra era redonda e que estes doutores não tinham razão quando afirmavam que a Terra era plana e que as três caravelas não tardariam a precipitar-se no abismo cósmico.

Na verdade, ninguém prestara muita atenção a Lactâncio, a começar por Santo Agostinho, que por várias alusões dá a entender que achava que a Terra era esférica, embora esta questão não lhe parecesse muito importante no plano espiritual. Apenas manifestava sérias dúvidas sobre a possibilidade de haver seres humanos nas tais regiões antípodas. Mas, ao discutir sobre o que havia nessas regiões, raciocinava sobre um modelo de Terra esférica.

Quanto a Cosmas, o seu livro estava escrito em grego, língua que a Idade Média cristã esquecera, e só em 1706 foi traduzido para latim. Nenhum autor medieval o conhecia.

No século VII, Isidoro de Sevilha (que não era um modelo de rigor científico) avaliava em 80 mil estádios o

comprimento do equador. Quem fala de círculo equatorial admite, evidentemente, que a Terra é esférica.

Até um estudante do liceu pode facilmente deduzir que, se Dante entra no funil infernal e, quando sai pelo outro lado, vê estrelas desconhecidas no sopé da montanha do Purgatório, isso significa que ele sabia perfeitamente que a Terra era esférica e escrevia para leitores que também o sabiam. Mas dessa opinião tinham sido Orígenes e Ambrósio, Beda, Alberto Magno e Tomás de Aquino, Roger Bacon e João de Sacro Bosco. Só para mencionar alguns.

O assunto em litígio nos tempos de Colombo era que os doutores de Salamanca tinham feito cálculos mais exatos do que os dele e diziam que a Terra, embora redondíssima, era maior do que o que o genovês supunha e que seria, portanto, insensato tentar circum-navegá-la. Nem Colombo nem os doutores de Salamanca suspeitavam, naturalmente, que houvesse outro continente entre a Europa e a Ásia.

Todavia, nos próprios manuscritos de Isidoro via-se o chamado «mapa em T», em que a parte superior representa a Ásia, porque segundo a lenda era na Ásia que se encontrava o paraíso terrestre; a barra horizontal representa de um lado o mar Negro e do outro, o Nilo, e a vertical, o Mediterrâneo; o quarto de círculo da esquerda representa a Europa e o da direita a África. A toda a volta, o grande círculo do oceano. Os «mapas em T» são, naturalmente, bidimensionais, mas ninguém diz que uma representação bidimensional da Terra implica que a consideremos plana; de outro modo, segundo os atuais atlas, também a Terra seria plana. Aquela forma de projeção cartográfica era puramente convencional e achava-se inútil representar a outra face do globo, desconhecida de todos e provavelmente não habitável, tal como hoje não representamos a outra face da Lua, da qual nada sabemos.

Finalmente, a Idade Média foi um tempo de grandes viagens, mas, com as estradas em decadência, as florestas

para atravessar e os braços de mar para transpor confiando nos construtores navais da época, não era possível desenhar mapas adequados. Os mapas eram puramente indicativos. Por vezes, veja-se o fac-símile do mapa de Ebstorf (1234), a preocupação dos seus autores não era explicar como se chegava a Jerusalém, mas representar Jerusalém no centro da Terra.

Tentemos pensar nos mapas das linhas ferroviárias vendidos nos quiosques. Daquela rede de linhas, com os seus nós, claríssima para quem quiser apanhar um comboio de Milão para Livorno (e ficar a saber que terá de passar por Génova), ninguém poderia deduzir com exatidão a forma do país. A forma exata de Itália não é o que interessa a quem vai apanhar o comboio.

Os romanos ergueram uma rede de estradas que ligavam todas as cidades do mundo conhecido, mas vejamos como essas estradas estavam representadas num mapa romano que, recebendo o nome daquele que no século xv descobriu uma versão medieval, ficou conhecido por «Tabula Peutingeriana». Este mapa é muito complicado; a parte superior representa a Europa, e a inferior a África, mas estamos exatamente na situação do mapa ferroviário: aquela espécie de riacho que separa as duas margens seria o Mediterrâneo. Ninguém pode imaginar que os romanos, que continuamente atravessavam o *mare Nostrum*, ou os navegantes medievais das repúblicas marítimas, pensavam que o Mediterrâneo fosse estreito como um rio. O problema é que não lhes interessava a forma dos continentes, mas apenas a informação de haver uma via marítima para ir de Marselha a Génova.

Vejamos agora *Cristo Giudice tra Gli Apostoli*, de Fra Angelico, na catedral de Orvieto. O globo (símbolo habitual do poder soberano) que Jesus tem na mão representa um «mapa em T invertido». Seguindo o olhar de Jesus, percebemos que olha para o mundo e o mundo está, portanto, representado como quem o vê de cima e não

como o vemos, e por isso está invertido. Se um mapa em T nos aparece na superfície de um globo, isso significa que esse mapa era entendido como representação bidimensional de uma esfera. A prova pode ser julgada insuficiente, porque este fresco é de 1447 e, portanto, de uma Idade Média muito avançada. Mas no *Liber Floridus* vê-se um globo imperial que tem na face visível um mapa do mesmo género e estamos no século XII.

A Idade Média não foi uma época em que ninguém se atrevia a ir além dos limites da sua aldeia. É bem sabido que a Idade Média foi uma época de grandes viagens: basta pensar em Marco Polo. A literatura medieval está repleta de relatos de viagens fascinantes, ainda que com uma abundância de elementos lendários, e os *vikings* e os monges irlandeses foram grandes navegadores, para não falar das repúblicas marítimas italianas. Mas, acima de tudo, a Idade Média foi uma época de peregrinações, em que até os mais humildes se metiam ao caminho em viagens penitenciais a Jerusalém, a Santiago de Compostela ou a qualquer outro famoso santuário onde estivessem conservadas as milagrosas relíquias de algum santo. A tal ponto que, em torno desta atividade dos peregrinos, surgem estradas e abadias (que funcionavam também como albergues) e são escritos guias muito minuciosos que indicam os locais dignos de visita ao longo do percurso. A luta entre os grandes centros religiosos para obter relíquias dignas de visita faz da peregrinação uma verdadeira indústria que envolvia as comunidades religiosas e os centros habitados, e Reinaldo de Dassel, chanceler de Frederico, *Barba Roxa*, tudo fez para subtrair a Milão e levar para Colónia os restos dos três reis magos.

Tem sido observado que o homem medieval tinha poucas oportunidades para se deslocar a centros próximos, mas muitas para se aventurar a destinos remotos.

A Idade Média não foi apenas uma época de místicos e rigoristas. A Idade Média, época de grandes santos e de um poder incontestado da Igreja, de influência das abadias, dos grandes mosteiros e dos bispos das cidades, não foi, porém, apenas uma época de costumes severos, insensível aos atrativos da carne e dos prazeres dos sentidos em geral.

Para começar, temos os *troubadours* provençais e os *minnesänger* alemães, inventores do *amor cortês* como paixão casta, mas obsessiva, por uma mulher inacessível e, portanto, como muitos dizem, do *amor romântico* no sentido moderno do termo, como desejo insatisfeito e sublimado. Mas neste mesmo período florescem histórias como a de Tristão e Isolda, de Lancelote e Guinevere, de Paolo e Francesca, em que o amor não é apenas espiritual, mas arrebatamento dos sentidos e contacto físico; e também as celebrações da sensualidade pelos poetas goliardos não se mostram pudicas.

Não são moderadas nem pudicas as manifestações carnavalescas em que, embora só uma vez por ano, é permitido ao povo miúdo comportar-se à margem de todas as regras; as sátiras para divertimento dos camponeses não poupam palavras obscenas nem descrições das várias vergonhas corporais. A Idade Média vive uma contínua contradição entre o que é afirmado, pregado e exigido como comportamento virtuoso, e os comportamentos reais, frequentemente não ocultados sequer por um véu de hipocrisia. Os místicos pregam a castidade e pretendem-na para os religiosos, mas os romancistas representam frades e monges glutões e dissolutos.

É exatamente no comportamento dos místicos que se vê como a Idade Média não pode ser reduzida a estereótipos. Os cistercienses e os cartuxos insurgiam-se, especialmente no século XII, contra o luxo e o uso de meios figurativos na decoração das igrejas, onde São Bernardo e outros rigoristas viam *superfluitates* que desviavam os fiéis da

oração. Mas nestas condenações a beleza e o encanto das ornamentações nunca são negados e são combatidos porque lhes é reconhecida uma atração invencível. Hugo de Fouilloy fala a este respeito de *mira sed perversa delectatio*, prazer maravilhoso mas perverso. Perverso mas maravilhoso. Bernardo confirma este estado de espírito ao explicar a que renunciavam os monges quando abandonavam o mundo: «Nós, monges, que estamos fora do povo, nós, que por Cristo abandonámos todas as coisas preciosas e sedutoras do mundo, nós que para ganhar Cristo declarámos esterco o que resplandece de beleza, que afaga o ouvido com sons doces, que dissemina suaves aromas, que é macio e agrada ao tato, tudo o que, em suma, acaricia o corpo...» (*Apologia ad Guillelmum Abbatem*). Percebe-se muitíssimo bem, e até na violência da repulsa, um vivo sentido das coisas recusadas e um pingão de remorso. Mas há outra página da mesma *Apologia ad Guillelmum* que é um explícito documento de sensibilidade estética. Insurgindo-se contra os templos excessivamente grandes e com grande riqueza escultórica, São Bernardo dá-nos uma visão da escultura românica que constitui um modelo de crítica descritiva; e a representação daquilo que ele rejeita demonstra como era paradoxal o desdém daquele homem que conseguia analisar com grande finura as coisas que não queria ver: «Não falamos das imensas alturas dos oratórios, dos comprimentos desmedidos, das larguras desproporcionadas, dos polimentos soberbos, das curiosas pinturas que distraem os olhos dos que rezam e lhes impedem a devoção... Os olhos são feridos pelas relíquias cobertas de ouro e logo se abrem as bolsas. Mostra-se uma belíssima imagem de um santo ou santa e os santos são julgados tanto mais santos quanto mais vivamente coloridos... As pessoas correm a beijá-los, são convidadas a fazer doações e mais admiram o belo do que veneram o sagrado... Que fazem nos claustros, onde os frades leem o Ofício, essas ridículas monstruosidades, essa

espécie de estranha formosura disforme e formosa deformidade? Que fazem ali os símios imundos? Os leões ferozes? Os centauros monstruosos? Os semi-homens? Os tigres listrados? Os soldados em luta? Os caçadores com as suas tubas? Veem-se ali muitos corpos sob uma só cabeça e, inversamente, muitas cabeças sobre um só corpo. Num lado, vemos um quadrúpede com cauda de serpente, noutro, um peixe com cabeça de quadrúpede. Além, um animal com aspeto de cavalo arrasta posteriormente meia cabra; aqui, um animal cornudo com traseiro de cavalo. Resumindo, por toda a parte se vê tão grande e estranha variedade de formas heterogéneas que se tem mais gosto em ler os mármores do que os códices, e todo o dia é passado a admirar uma por uma essas imagens e não a meditar a lei de Deus.»

Encontramos nestas páginas, sem dúvida, um elevado exercício de belo estilo segundo os ditames da época, mas elas manifestam, de qualquer maneira, que Bernardo discute uma coisa, a cujo fascínio não pode subtrair-se. De resto, já Agostinho falara do dissídio interior do homem de fé que continuamente teme ser seduzido durante a oração pela beleza da música sacra; e São Tomás desaconselhava o uso litúrgico da música instrumental porque provocava um deleite tão intenso que perturbava a concentração dos fiéis.

A Idade Média não é sempre misógina. Os primeiros padres da Igreja manifestam um profundo horror à sexualidade, de tal modo que alguns recorrem à autocastração, e a mulher é sempre apontada como fomentadora do pecado. Esta misoginia mística está presente no mundo monástico medieval; basta recordar o trecho do século X em que Odo de Cluny diz: «A beleza do corpo está toda na pele. Com efeito, se os homens, dotados da penetração visual interna como os lince da Beócia, vissem o que está sob a pele, a simples vista das mulheres seria nauseabunda: essa graça feminina é apenas banhas,

sangue, humor e fel. Considerai o que se oculta no nariz, na garganta e no ventre: em toda a parte imundícies... E nós, que sentimos repugnância em tocar sequer com as pontas dos dedos o vomitado ou o esterco, como podemos desejar estreitar nos braços um simples caos de excrementos?» E não seria necessário citar monges pudibundos, porque o mais feroz texto contra a mulher está em *Corbaccio*, de Giovanni Boccaccio, e em pleno século XIV.

Mas a Idade Média é também a época da mais apaixonada glorificação da mulher, quer pela poesia cortês quer pelos cultores do novo estilo, e pensamos na divinização que Dante faz de Beatriz. Não é apenas na imaginação poética e laica, no mundo monástico recordamos a importância de figuras como Hildegarda de Bingen ou Catarina de Sena, que se relacionam com os soberanos e são escutadas pela sua sabedoria e pelo seu fervor místico. Heloísa tem uma relação carnal com o seu mestre Abelardo quando, ainda menina e não consagrada à vida religiosa, frequenta a universidade, despertando a admiração dos colegas masculinos. Diz-se que no século XII Bettisia Gozzadini ensinava na Universidade de Bolonha e que no século XIV também ali ensinava outra mulher, Novella d'Andrea, que era obrigada a cobrir o rosto com um véu para que a sua extraordinária beleza não distraísse os estudantes.

E nem os místicos conseguem furtar-se ao fascínio feminino, pelo menos quando tinham de comentar o *Cântico dos Cânticos*, que, por muito que se queira interpretar alegoricamente, nunca deixa de ser uma explícita celebração da beleza carnal. O *Cântico* deve ter perturbado o sono de muitos devotos exegetas bíblicos, forçados a admitir que a formosura feminina pode evocar a graça interior de que é sinal. E, ainda comentando o *Cântico* com cândida e composta seriedade sob a qual é difícil não suspeitar alguma inconsciente malícia, Gilbert de Hoyland define as justas proporções que os seios femininos deviam ter para que fossem agradáveis. O ideal físico que

emerge mostra-se muito próximo das figuras de mulheres representadas nas miniaturas medievais com apertados corpetes tendentes a comprimir e erguer os seios: «São Belos, na verdade, os seios ligeiramente elevados e moderadamente tímidos, contidos mas não comprimidos [*repressa sed non depressa*, que constitui, francamente, uma pequena obra-prima de retórica monástica], suavemente ligados e não livres de tremular» (*Sermones in Canticum*).

Temos, naturalmente, de recordar que a Idade Média dura mil anos e que nestes mil anos, como de resto no breve lapso do nosso tempo, é possível encontrar manifestações de pudor, outras de uma verdadeira neurose sexofóbica e outras, ainda, de descontraída conciliação com a natureza e a vida.

A Idade Média não foi a única época iluminada por fogueiras. Queimava-se gente na Idade Média e não só por motivos religiosos, mas também por motivos políticos, pensemos no julgamento e condenação de Joana d'Arc. Ardem hereges como frei Dolcino e ardem criminosos como Gilles de Rais, que assassinou e estuprou muitos meninos (falava-se de 200).

Convém lembrar que 108 anos depois do fim «oficial» da Idade Média será queimado Giordano Bruno no Campo dei Fiori e que o processo contra Galileu data de 1633, passados 141 anos desde o início da Idade Moderna. Galileu não foi queimado, mas em 1619, em Toulouse, foi queimado Giulio Cesare Vanini, acusado de heresia, e em 1630, em Milão, como nos conta Manzoni, foi queimado Gian Giacomo Mora, acusado de propagar a peste com unguentos contaminados.

O mais feroz manual da Inquisição (nevrótica fenomenologia da feitiçaria e cruel testemunho de misoginia e fanático obscurantismo), o infame *Malleus Maleficarum*, de Kramer e Sprenger, é de 1486 (só seis

anos antes do fim «oficial» da «idade das trevas»), e a mais implacável perseguição das bruxas decorre, com as suas fogueiras, do Renascimento em diante.

A Idade Média não foi apenas uma época de ortodoxia triunfante. Outra ideia corrente sobre a Idade Média é a de ter sido uma época rigidamente vigiada por um aparelho piramidal do poder, temporal e espiritual, com uma rígida divisão de senhores e súbditos, sem que da base emanasse o mínimo sinal de impaciência e revolta. Mas isto é, quando muito, uma piedosa visão da Idade Média sonhada pelos reacionários de todos os séculos, avessos às polémicas, revoltas e contestações dos tempos modernos.

Prescindindo de ter sido na Idade Média que são limitados os poderes dos soberanos, pois a Magna Carta data de 1215, e afirmadas as liberdades das comunas perante o Império Germânico, é na Idade Média que pela primeira vez se esboça uma espécie de luta de classes dos humildes contra os poderosos, mais ou menos apoiada em ideias religiosas de renovação do mundo, por isso julgadas heréticas.

Tudo isto está relacionado com o milenarismo medieval; mas para compreender o milenarismo é preciso reconhecer à Idade Média, além do cristianismo das origens, aquilo a que poderíamos chamar a invenção da História, ou de uma sua direção. A cultura pagã é uma cultura sem história. Júpiter existe desde sempre. Empenhado em pequenas aventuras com os humanos, modifica-lhes os destinos individuais, mas não se compromete com o andar do mundo. O mito é narrado na forma do já acontecido. Não é reversível. Os deuses intrometem-se, por vezes, com promessas e garantem um futuro resultado dos acontecimentos (Ulisses voltará a casa, palavra de deusa), mas o facto diz sempre respeito a indivíduos ou a pequenos grupos. O maior de todos os frescos históricos é a *Eneida*, a promessa de Vénus a Eneias que implica o destino de um

povo inteiro; mas Virgílio garante apenas os acontecimentos desde Eneias até Augusto. A *Eneida* é a promessa de um destino histórico dos romanos que já está realizado no momento em que é narrado, e a *Écloga IV* diz respeito ao presente (competirá depois aos medievais lê-la como documento escatológico e acentuar os indícios de tensão para o futuro que aparecem em Virgílio).

Pelo contrário, o profetismo hebraico está nas origens da visão cristã da História; o profetismo hebraico respeita só ao destino de um povo e não ao destino do mundo, mas a promessa de um Messias implica frequentemente uma escatologia revolucionária, segundo a qual as coisas últimas se verificarão sob o impulso de uma força disruptiva e o poderio romano será destruído por um rei guerreiro dotado de poderes miraculosos.

No cristianismo, a história da humanidade tem um início, a Criação, um incidente, o pecado original, um nodo central, a Encarnação e a Redenção, e uma perspectiva: o caminho para o regresso de Cristo Triunfante, a Parusia, o Juízo Universal e o fim dos tempos.

O sentido da história nasce e toma forma, principalmente, com esse texto visionário e terrível que é o Apocalipse, atribuído a São João Evangelista, e continua com a reflexão patrística até culminar em Santo Agostinho. Os impérios da terra vivem e morrem, e ao longo dos séculos só se define a Cidade de Deus, oposta à cidade terrena, que é o seu epifenómeno ou a sua negação. Todo o contrário, como é óbvio, do sentido laico e liberal da história terrena, que ganhará forma entre o século XVIII e o seguinte com as doutrinas românticas e idealistas e, por fim, com o marxismo. Mas é indubitável que o sentido da História, como vivência móvel da humanidade entre um início e um fim, nasce com o Apocalipse, com vaticínios que respeitam a algo que ainda está para vir e que nos diz que a História é o lugar de um contínuo recontro de Deus com Satanás, o combate da Jerusalém Celeste contra a Babilónia.

Mas a leitura que a Idade Média faz deste texto é dúbia. De um lado, a interpretação «ortodoxa», com *A Cidade de Deus* de Santo Agostinho como ponto de partida; do outro, a dos marginais, dos heréticos, que em todos os séculos se baseiam no Apocalipse para estabelecer programas de intransigência revolucionária ou ascética que identificam pouco a pouco os representantes da cidade terrena e da Babilónia com a Igreja, os corruptos ministros do culto ou o poder temporal. Ambos os filões serão agitados por uma esperança e um terror: esperança, porque o Apocalipse promete a salvação final - e até uma comunidade terrena reconhecível, a dos eleitos, quer vivam na Igreja oficial quer se lhe oponham para constituir uma fileira que a Igreja maltrata e combate -, e terror, porque a via para a solução final da História está constelada de horrores inomináveis (e João não nos poupa a nenhum).

O que na Idade Média torna fascinante o Apocalipse é a ambiguidade substancial do seu capítulo xx. Interpretado à letra, este capítulo diz que, a certo ponto da história da humanidade, Satanás fica preso por mil anos. Durante todo o período em que está preso, realiza-se na Terra o Reino de Cristo. Depois, o Diabo é libertado por um certo tempo e, finalmente, de novo vencido. Nessa altura, Cristo dará início, no seu trono, ao Juízo Universal, a história terrena terminará (e já estamos no começo do capítulo XXI) e haverá um novo Céu e uma nova Terra, ou seja, o advento da Jerusalém Celeste.

Numa primeira leitura, devemos esperar uma segunda vinda do Messias e mil anos de idade do ouro (prometida, por outro lado, por muitas religiões antigas) e um preocupante regresso do demónio e do seu falso profeta, o Anticristo (como a tradição tenderá gradualmente a chamar-lhe), e finalmente o Juízo e o fim dos tempos. Mas Agostinho sugere outra leitura: o milénio representa o período que vai da Encarnação ao fim da História e é, pois, o período que os cristãos já estão a viver. Neste caso, a